

O Rio Grande do Sul deve Cr\$ 6,1 bilhões

28 JUN 1979

por Alair Barbosa

do Rio

O Rio Grande do Sul terá de girar (ou desembolsar) apenas 4,4% de sua dívida, contraída através de obrigações reajustáveis, até o final deste ano. Isso coloca esse Estado numa posição privilegiada em comparação com os outros Estados, com títulos em circulação no mercado interno, até mesmo em relação à União. De acordo com dados contidos na revista da ANDIMA, de maio, da dívida total de Cr\$ 6,1 bilhões, apenas Cr\$ 266,2 milhões vencem até dezembro próximo.

Para 1980 está previsto o vencimento de mais 36,1% da dívida interna gaúcha (através de títulos), totalizando 40,5% no período de dois anos. A Prefeitura de São Paulo, ao contrário, tem 42,7% de sua dívida com prazo até o final de 1979 e outros 42% para o próximo ano, totalizando 85% em apenas dois anos. E verdade que a dívida paulistana é bem menor, apenas Cr\$ 1,4 bilhão (além de mais Cr\$ 300 milhões em letras do tesouro municipal), mas o resgate previsto atinge quase Cr\$ 600 milhões este ano, a preços de maio último.

BAHIA

Outro Estado com dados divulgados na mesma revista é a Bahia, cujo perfil está melhor do que o da Prefeitura de

São Paulo, mas pior do que o Rio Grande do Sul. Para 1979, o governo baiano terá de desembolsar (ou girar) Cr\$ 554,5 milhões (a preços de junho) da sua dívida em Cr\$ 2,1 bilhões, o que representa cerca de 26,5% do total. Para o próximo ano, a previsão é de um resgate de 30,7% do total em circulação, atualmente.

E intenção da ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto) divulgar o perfil da dívida dos Estados periodicamente como forma de uma melhor visualização das condições de cada Estado da federação. Os maiores devedores, no entanto, que são os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, não divulgaram o perfil do seu endividamento através de títulos, talvez por que este não seja dos mais favoráveis.

A mesma edição da revista traz também uma série de dados sobre a dívida da União, que mostra claramente a deterioração do perfil dessa dívida com o prazo médio de maturação reduzindo-se cada vez mais. De um prazo médio de 16 meses e 6 dias em abril de 1970, a dívida mobiliária interna federal subiu para 24 meses e 22 dias no final de 1975, para voltar a cair bruscamente a partir de então 14 meses e 8 dias.

27 JUN 1979